



CENTRAL SOLAR NOVO ORIENTE VI S.A.

CNPJ/MF nº 41.824.548/0001-33

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

ATIVO	Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			Notas	31/12/2024	31/12/2023	Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			Notas	31/12/2024	31/12/2023
		Notas	31/12/2024	31/12/2023				Notas	31/12/2024	31/12/2023		
Circulante												
Caixa e equivalente de caixa	10	3.955	325									
Concessionária	11	49	-									
Impostos a compensar	16	533	-									
Estoque material de manutenção	12	56	-									
Adiantamento a fornecedores	13	31	31									
Derivativos contratados	19	-	27									
Não circulante												
Partes relacionadas	14	1.065	-									
Imobilizado	15	203.910	153.383									
Outras contas a pagar	20	1	-									
Total do ativo		204.976	153.383									
		209.600	153.766									

Notas explicativas são parte das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 A Central Solar Novo Oriente VI S.A. ("Companhia" ou "NOS VI"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em maio de 2021, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Solar Novo Oriente VI, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fuso na A Companhia tem sede e fuso na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codig 44191-022, bloco A, sala 83, Ladeira de Baixo, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A controladora direta da Companhia é a Novo Oriente Holding S.A. A controladora indireta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. 1.1. Autorização do Parque Solar Novo Oriente VI: Em 27 de janeiro de 2022 o Parque Solar foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 18 de janeiro de 2057. Em abril de 2022 a Companhia vendeu 7.67 MW médio de energia por um período de 12 anos no Mercado Livre para um grande consumidor, a partir da sua entrada em operação comercial, por meio do projeto de geração solar Novo Oriente VI, localizado no estado de São Paulo, região sudeste do Brasil. O Parque solar encontra-se em construção, com data prevista para entrada em operação no 1º semestre de 2025.

Central Solar Novo Oriente VI

Central Solar Novo Oriente VI

Produtor Independente

Autorização:

SP

Capacidade instalada (MW)

48,60

Data do início da outorga

2022

Autorização / Registro

Início

27/01/2022

Término

18/01/2057

1.2. Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R\$ 20.616, devido ao fato de o parque solar estar em fase de desenvolvimento e construção. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2024 será alcançado da seguinte forma (i) liberação do financiamento junto aos Bancos de Desenvolvimento (ii) aporte de capital da sua controladora (iii) entradas em operação do parque solar a partir do 1º semestre de 2025.

Empresa

Uso das

Modalidade

Outorga

Estado

Capacidade instalada (MW)

48,60

Data do início da outorga

2022

Autorização / Registro

Início

27/01/2022

Término

18/01/2057

1.2. Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R\$ 20.616, devido ao fato de o parque solar estar em fase de desenvolvimento e construção. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2024 será alcançado da seguinte forma (i) liberação do financiamento junto aos Bancos de Desenvolvimento (ii) aporte de capital da sua controladora (iii) entradas em operação do parque solar a partir do 1º semestre de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS (IFRS® Accounting Standards)", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração da Companhia. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem às regulamentações da Administração da Companhia.

As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas.

• **Capital circulante líquido negativo:** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R\$ 20.616, devido ao fato de o parque solar estar em fase de desenvolvimento e construção. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2024 será alcançado da seguinte forma (i) liberação do financiamento junto aos Bancos de Desenvolvimento (ii) aporte de capital da sua controladora (iii) entradas em operação do parque solar a partir do 1º semestre de 2025.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerando-o para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas.

• **Imobilizado:** determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto. (nota explicativa nº 15). • **Receita operacional líquida:** ajuste de receitaprevisões para determinação do valor da receita conforme sua geração, com dados da geração efetiva (nota explicativa nº 4). • **Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis:** reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 29).

5. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.b) **Concessionárias:** Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturadas e não faturadas.c) **Imobilizado:** Terrenos, edificações, máquinas e equipamentos compreendem, principalmente, o parque solar. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em empréstimos.d) **Derivativos:** Ajuste de receita operacional líquida para reconhecer o valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto.e) **Operações de arrendamento - CPC 06 (R2):** Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que os arrendatários e arrendadores fornecem informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações.

O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras retrospективamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações. Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia e suas controladoras possuem em aberto. Nos casos em que a Companhia e suas controladoras são arrendatárias, as mesmas reconheceram: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia e suas controladoras deixaram de registrar no resultado os gastos relativos à aluguel e arrendamentos enquadados no CPC 06 (R2). A Companhia e suas controladoras aplicaram o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia e suas controladoras não adotaram o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance. CPC 06 (R1). A Companhia e suas controladoras avaliaram o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos, veículos e máquinas e equipamentos do parque elétrico, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo, para esses contratos, em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa, a IFRS 16 permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. Para os demais contratos onde a remuneração variável ao arrendador com base na energia. Os efeitos dessa adoção estão reconhecidos os arrendamentos de terrenos, veículos e máquinas e equipamentos, nas notas de outras contas a pagar. Imobilizado, Gastos operacionais e Resultado financeiro.

f) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registradas no resultado são calculados conforme sistemático do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, e contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social corrente são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido e em Outros resultados. Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e contribuição social, incluindo tratamento fiscal incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o IFRIC 23.g) **Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários. As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio,h) **Concessões:** Em 31 de dezembro de 2024 o saldo era composto pelos seguintes valores:i) **Passivo e patrimônio líquido:** Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024j) **Capital circulante:** Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024k) **Capital não circulante:** Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024l) **Capital de operação:** Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024m) **Capital de investimento:** Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024n) **Capital de resultado:** Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024o) **Capital de resultado:** Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024p) **Capital de resultado:** Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

...continuação

14. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas de acordo com os valores de mercado, como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Partes relacionadas			
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (a)	EDP Renováveis Brasil S/A	420	-
Venda de energia	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	645	-
Total		1.065	-
Passivo			
Fornecedores			
Operador de sistema (c)	EDP Transmissora Goiás S.A.	5	-
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (a)	EDP Renováveis Brasil	6.457	4.358
Compartilhamento de CAPEX (b)	Central Solar Novo Oriente V S.A.	14.689	-
Serviços financeiros	EDP Serviços financeiros	21.151	4.359
Total			
Adiantamento para futuro aumento de capital			
AFAC		59.600	
Objeto do contrato	Contraparte		31/12/2023
Custo do serviço			
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (a)	EDP Renováveis Brasil	(1.064)	(36)
Operador de sistema (c)	EDP Transmissora Goiás S.A.	(4)	-
Total		(1.068)	(36)

(a) Compartilhamento de atividades e alocação de gastos: A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço, operação e manutenção, sobre esse saldo não incidem juros remuneratórios.

(b) Compartilhamento de Capex: Em 15 de novembro de 2024 as empresas Centrais Solares Novo Oriente I, II, III, IV, V e VI celebraram contrato de consórcio com o compromisso de dividir em partes iguais as estruturas comuns de linha e bays de conexão inerentes aos parques solares, que possuem sua estrutura na Novo Oriente V. **(c) Contrato de monitoramento de operação do parque edíco:** A Companhia celebrou contrato com a EDP Transmissora Goiás S.A referente ao monitoramento remoto do parque edíco, relacionadas as atividades: Assuntos energéticos; Assuntos de intervenções e área administrativa, técnica da operação. O valor do serviço é corrigido anualmente pelo IPCA.

14.1. Relacionamento da Companhia com cada contraparte: A controladora direta da Companhia é a Novo Oriente Holding S.A. A controladora indireta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. **Remuneração dos administradores:** A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Solar Novo Oriente V S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daquelas definidas pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

15. IMOBILIZADO

O saldo do imobilizado em curso refere-se principalmente a adiantamentos ao fornecedor para aquisição dos aerogeradores e estudos de engenharia civil para a construção do parque edíco.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

31/12/2024		
Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em curso	203.910	-
Total	203.910	203.910
31/12/2023		
Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em curso	153.383	-
Total	153.383	153.383

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

31/12/2023		
Valor líquido	Ingressos	Depre-
sos	cava-	ciões
Imobilizado em curso	153.383	49.743
Total	153.383	49.743
31/12/2024		
Valor líquido	Ingressos	Depre-
sos	cava-	ciões

A Companhia por política do Grupo EDP - Energias de Portugal, para todos os períodos apresentados, realizou o teste de valor recuperável dos seus ativos e não encontrou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável dos seus ativos.

16. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR

31/12/2024		
Impostos a compensar	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social	529	-
IRRF sobre aplicações financeiras	4	-
Total	533	-
Impostos a pagar	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	-	70
Imposto de renda e CSLL	89	85
PIS, COFINS e CSLL serviços de terceiros	5	1
IRRF sobre aplicações financeiras	5	2
ISS	3	1
PIS e COFINS	1	-
Outros	-	70
Total	103	229

17. FORNECEDORES

31/12/2024		
Partes relacionadas	31/12/2024	31/12/2023
Terceiros	21.151	4.359
Total	25.137	16.679

O saldo de fornecedores terceiros corresponde à aquisição de materiais, máquinas e equipamentos para construção do parque solar.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas

Circulante		
2024	2023	
Principal	-	54.035
Encargos de dívida	-	330
Total	-	54.365

As informações sobre o contrato vigente, incluindo prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia, estão apresentadas a seguir:

Contrato		
Saldo em 31/12/2023	Principais	Juros
Pagamento de principal	54.297	(68)
Variância cambial	58.412	-
Variação cambial	(4.115)	(301)
Pagamento de juros	1.658	1.658
Juros provisionados	-	(1.289)
Saldo em 31/12/2024	(54.297)	(54.365)

Durante o ano de 2023, com o objetivo de gerar caixa para a aquisição dos equipamentos e pagamentos de fornecedores, a companhia firmou um contrato de financiamento junto ao Banco do Brasil. Em fevereiro de 2024, ocorreu a quitação total do financiamento.

19. DERIVATIVOS CONTRATADOS

31/12/2024		
Circulante	31/12/2023	
Derivativos contratados hedge	-	27
Total	-	27

Passivo

Circulante	31/12/2023	
Derivativos contratados hedge	-	575
Não circulante	-	1.905
Derivativos contratados hedge	-	2.480
Total	-	5.360

Outros resultados abrangentes: Durante o ano de 2023, na intenção de proteger a variação cambial na saída de caixa, a Novo Oriente VI através da empresa do grupo EDP a EDP Energias do Brasil S.A. contratou uma NDF ("Instrumento") no montante de USD 14.237, cuja proporção de proteção entre as moedas está determinada no contrato entre as partes. O montante contratado é equivalente a 100% do montante que se espera que seja desembolsado para a liquidação junto ao fornecedor. A EDP Energias do Brasil S.A. celebrou com o Banco Itaú, contrato global de derivativos para a proteção de fluxo de caixa futuro na aquisição dos equipamentos para geração de energia solar, a EDP Energias do Brasil S.A.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Objeto de proteção	Data de contratação	Posição	Moeda	Data estrangeira	Forward	Justificativa
NDF	Capex	23/03/2022	Comprado	USD	30/03/2023	14.237

celebrou um contrato junto a empresa do grupo Novo Oriente VI com as mesmas características do contrato global de derivativos do Itau denominado contrato repasse, a Novo Oriente VI a medida que for liquidando as faturas junto aos fornecedores, que são objeto da proteção, poderão fazer a liquidação anticipada do instrumento de hedge junto a EDP Energias do Brasil S.A., conforme o contrato de repasse. A Companhia utiliza a contabilidade de hedge (hedge accounting) para as diferenças entre a moeda da operação no exterior e a moeda funcional da controladora (